

O NOME DA LÍNGUA NO BRASIL OITOCENTISTA

THE NAME OF THE LANGUAGE IN THE 19TH CENTURY BRAZILIAN SCENARIO

*Ricardo Cavaliere** [<https://orcid.org/0000-0001-7039-5034>]

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo: Este trabalho dá notícia das primeiras referências que se fizeram sobre a denominação do português falado no Brasil em textos linguísticos e não linguísticos publicados no século XIX. Nesse intuito, o trabalho traça juízo sobre estudos avulsos acerca das características e origens do então denominado dialeto brasileiro, seja no âmbito dos ensaios publicados em revistas de difusão científica e cultural, seja em crônicas e artigos publicados nos periódicos jornalísticos mais relevantes, sem descuidar de eventuais referências no campo da gramatização do português. Suas conclusões são de que a sociedade oitocentista trabalha com dois conceitos sobre a natureza do português brasileiro: um laico, em que as noções de língua e de linguagem se imiscuem numa referência ao português como instrumento de comunicação social distinto de outros sistemas linguísticos, tais como o da língua brasileira; outro científico, em que prevalece a noção geolinguística de dialeto para caracterizar o português do Brasil em face do português europeu.

Palavras-chave: Português do Brasil; primeiras referências; século XIX; língua laica; língua científica.

Abstract: *This paper reports the first references about the Brazilian Portuguese in linguistic and non linguistic texts published in the 19th century. In this sense, the paper draws judgment on individual studies about the characteristics and origins of the so-called Brazilian dialect, whether in the context of essays published in scientific and cultural diffusion journals, or in chronicles and articles published in the most relevant journalistic journals, including references in the field of the Portuguese grammatization. The conclusions points that the 19th century society deals with two concepts on the nature of Brazilian Portuguese: a secular one, in which the notions of language as system and language as human attribute intersect in a reference to Portuguese as a social communication instrument distinct from other linguistic systems, such as “língua brasileira”; a scientific one, in which the geolinguistic notion of dialect prevails to characterize the Brazilian Portuguese in contrast with the European Portuguese.*

Keywords: *Brazilian Portuguese, First References, 19th Century; Secular Language; Scientific Language.*

* Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, Brasil; ricardocavaliere@id.uff.br

Introdução

Os primeiros decênios do Império brasileiro foram de extrema convulsão política e conseqüente crise econômica, situação que perpassa um pungente processo que venceu dois reinados entremeados por uma regência trina, para culminar na República. Nesse cenário de conflitos, ressalta-se a indisfarçável busca de emancipação nacional, hesitante na construção de suas bases culturais assentadas em etnias várias, fruto da miscigenação e da confluência de valores, hábitos e crenças que se vinham alicerçando desde os primeiros anos da colonização.

A questão que se põe, assim, é definir o que é “ser brasileiro”. Que projeto de futuro teria uma nação angustiada pela antinomia entre o olhar voltado para a Europa e o berço na miscigenação americana? Como criar uma identidade nacional que coadunasse os anseios de igualar-se ao marco civilizatório do Velho Mundo com a preservação das raízes que conferiam traço distintivo à nação emergente no concerto mundial? A resposta a essas indagações viria na forma de intenso conflito ideológico, em que mentes ditas progressistas, defensoras de uma europeização saneadora como premissa para o desenvolvimento socioeconômico do país, enfrentavam resistência em um nacionalismo identitário que cultivava o mito de Peri, um híbrido de sangue americano com valores europeus.

No corpo dessa crise identitária, decerto inclui-se a questão linguística. O que se verifica claramente, a esse respeito, é uma noção de língua, como sistema, que se confunde com a noção de linguagem no corpo da sociedade brasileira, de tal sorte que, para o cidadão leigo, “língua brasileira” é uma denominação genérica que pode referir-se tanto ao português falado por uma elite emergente, quanto pela camada populacional da baixa estratificação social, ou mesmo à língua geral, ainda presente em larga faixa da população interiorana. Por igual motivo, multiplicam-se as denominações da língua, seja em plano laico ou científico, de tal sorte que expressões como “língua nacional”, “língua brasílica”, “língua portuguesa”, “dialeto brasileiro”, a par de “língua brasileira” entre outras menos frequentes, alternam-se na boca dos falantes em denominação difusa, imprecisa, um espelho nítido do momento nevrálgico em que se busca entender o perfil de uma língua que quer tornar-se idioma, no sentido de ser um dos símbolos identitários da nova nação americana.

Nas linhas que se seguem, traçamos um juízo crítico sobre as primeiras referências que os periódicos de variedades, as publicações culturais e os textos linguísticos especializados fazem acerca da língua que serve de instrumento veicular para a comunicação social no Brasil dos Oitocentos, a que se aliam comentários subjacentes acerca da natureza destas referências no plano fonético, lexical e gramatical. Traça-se, ademais, um painel genérico sobre as áreas de maior interesse no trato da questão linguística e dos fatores mais determinantes para a construção de uma vertente do português que viria a distinguir-se definitivamente da vertente europeia para elevar-se do plano dialetal para o plano idiomático.

1 Língua portuguesa, língua brasílica e língua brasileira

A partir do último quartel do século, começam a surgir textos linguísticos dedicados ao português do Brasil, fruto da concepção romântica da língua como fator identitário e nativista. A veia nacionalista, que nos legou as figuras mitológicas de Peri e Iracema e criou símbolos de brasilidade, é a mesma que faz fluir os brasileirismos na pena de filólogos e gramáticos agora autorizados a dizer sobre o português falado deste lado do Atlântico. Bem antes, entretanto, pelo menos a partir da década dos anos 40, já havia mercado para docentes brasileiros de língua portuguesa, inclusive como língua estrangeira, não obstante, decerto, não se possa hoje aferir que modalidade de uso idiomático era ensinada nessas aulas avulsas, sequer sua metodologia e seu propósito. Observe-se, a respeito, o seguinte anúncio publicado no *Jornal do Comércio* (1841, p. 4):

Precisa-se de hum professor, português ou brasileiro, para ensinar a lingua portugueza grammaticalmente a hum moço estrangeiro; o que se achar nestas circumstancias dirija-se á padaria franceza da rua de D. Manuel, junto ao theatro.

Note-se que o anúncio especifica as nacionalidades possíveis do profissional requisitado – português ou brasileiro –, de que se pode inferir que o pretendente ao serviço visa a atribuir legitimidade equivalente a profissionais tanto portugueses quanto brasileiros, pelo menos no mister de ensinar o português como língua estrangeira. Por outro lado, o anúncio solicita um professor de “língua portuguesa”,

não de “língua brasileira”, expressão muito frequente em outras publicações, fato que pode denotar uma identificação mais formal da língua falada no Brasil como “o português” quando objeto de ensino a falantes aloglotas. Por sinal, saliente-se que a expressão “português do Brasil” não habitava as páginas da imprensa ou mesmo os textos especializados em questões de linguagem do século XIX, salvo em aquela outra manifestação extravagante. Preferia-se sensivelmente a expressão “língua brasileira” ou, mais frequentemente, “dialeto brasileiro”, conforme se comentará adiante.

A denominação língua portuguesa parece firmar-se na sociedade letrada desde os primeiros tempos do século XIX para referir-se especificamente à vertente de uso europeu. A edição da Gazeta do Rio de Janeiro de 21 de junho de 1809 anuncia os préstimos de um professor “em cuja casa se ensina com a perfeição possível a Grammatica da lingua portugueza” (1809, p. 4), evidentemente a variante linguística que a Corte de Maria I trazia de Portugal com a transferência para o Brasil. Também semelhante denominação predomina quando se trata de referência ao registro linguístico mais elevado, em órbita administrativa, legislativa ou jurídica, em que, decerto, as bases da variante europeia se impunham mesmo em língua oral. Em outros termos, as contribuições lexicais, fonéticas ou mesmo gramaticais que paulatinamente se vinham inserindo no português falado no Brasil não constituíam, no sentir do falante ordinário, fatos atinentes à língua de Camões, conforme se observa em um texto publicado no periódico *O Espelho*, no ano da Independência, em que o articulista recrimina o uso da palavra “batuque” por não pertencer à língua portuguesa (1822, p. 4), senão à língua falada em solo americano.

Por vezes a expressão língua portuguesa se impõe para denominar a língua falada no país em face de uma língua estrangeira, conforme se percebe no anúncio de venda de um escravo “criado em cazas ingleses (sic), mas na lingoa portugueza” (*Diário do Rio de Janeiro*, 1822¹, p. 2). Semelhantemente, uma nota do mesmo *Diário do Rio de Janeiro* dá conta de um jovem inglês que busca emprego de caixeiro e “sabe alguma cousa de lingoa portugueza” (1822¹, p. 24). Essa tendência ao emprego de “língua portuguesa” como contraponto a língua estrangeira, pode estender-se mesmo para caracterizar a língua vernácula em face de línguas africanas faladas por escravos que atuavam no âmbito dos serviços urbanos. Nesse sentido, encontra-se, por exemplo, nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* (1822², p. 27) a

seguinte nota: “Quinta feira Santa se perdeo hum preto de Nação Congo, estatura alto, pouca barba, de idade de quazi 20 anos, fala ainda pouco a lingoa Portuguesa (...)”. Nessa mesma linha, cite-se ainda: “Fugio no mez de Dezembro de 1821 hum escravo Monjollo, por nome Francisco, que parecera ter de 20 a 24 annos de idade, pouco mais ou menos. He baixo, reforçado, rosto redondo com alguns riscos; e fala suficientemente a lingua portugueza” (1822³, p. 108).

O emprego de “língua nacional” em face de “língua portuguesa” em textos oficiais, ou mesmo no âmbito da gramatização do português no Brasil, costuma ser interpretado historiograficamente como expressão de nacionalismo linguístico, uma manifestação afirmativa acerca do domínio da língua como fator de independência e soberania. Trata-se de inferência nem sempre comprovável nos primeiros tempos da nação brasileira, momento em que a expressão língua nacional talvez se usasse mais frequentemente para expressar a linguagem de que se valia o cidadão para comunicar-se, sem qualquer conotação política. Ressalte-se, por exemplo, que o projeto de lei educacional remetido à Câmara do Senado em 30 de julho de 1827 dispunha, em seu art. 6.º: “Os Professores ensinarão á ler, escrever, a pratica de contas, a Grammatica da Lingoa Nacional (...)” (Diário Mercantil, 1827, 394). Por seu turno, o uso de língua nacional como língua corrente ou veicular goza de registros vários na imprensa mesmo a partir da primeira década do Império: “No dia 5 do corrente pelas 6 horas da manhã fugio hum negro por nome Paulo, nação Moçambique, ainda novo, que não sabe falar a lingoa nacional (...)” (Diário Mercantil, 1827, p. 4).

A noção de língua falada no Brasil como sistema distinto do português europeu, ou, em termos mais técnicos, como uma variante diatópica do português, parece já estar na concepção linguística do cidadão letrado pela metade do século, fato que faz transitar o termo “língua brasileira” como expressiva frequência no âmbito das publicações laicas¹. Em uma edição do *Correio Mercantil* (1848, p. 2), anuncia-se um curso gratuito de aritmética e geometria aplicada às artes e ofícios ministrado pelo Professor Gonnet, cujo “cabal conhecimento [...] da lingua brasileira lhe dará a facilidade para usar nas suas explicações de uma linguagem clara, ao alcance de todas as intelligencias”. Decerto que, já pelo terceiro decênio da

¹ Sobre as discussões políticas acerca da denominação da língua neste período da história do Brasil, leia especialmente Mariani e Souza (1994).

Independência, a questão linguística no imaginário de uma nação ainda hesitante contribuía para conferir emancipação e soberania, de que resulta o reconhecimento de já não se falar o português, senão o brasileiro. Em um texto de amenidades, o editor do *Diário de Rio de Janeiro* (1856, p. 2) convida as leitoras para um divertido passeio à Fábrica Nacional de Cerveja com a seguinte observação:

Ahi vereis confundidos os chapéos e as casacas de todos os paizes. Ouvireis todas as linguas conhecidas, desde o Inglez, principalmente o Inglez, até o Brasileiro, porque emfim temos tambem uma língua brasileira.

Com igual propósito linguístico-afirmativo, o *Correio da Victoria* (1857, p. 2) traça uma referência histórica a um texto de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) em homenagem à rainha Maria I nos seguintes termos:

A empresa typographia Dous de Dezembro, deo à luz a 2.^a edição do Elogio Academmico da Senhora D. Maria 1.^a recitado por José Bonifacio d'Andrade (sic) e Silva em sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa aos 20 de março de 1817. Este elogio está considerado pelo conselho superior de instrucção publica como um dos livros proprios para o ensino da lingua brasileira.

Exemplifique-se ainda mais. Em dada edição do *Correio Mercantil*, órgão publicado no Rio de Janeiro e muito prestigiado em todo o país, um correspondente de Sorocaba declara-se honrado em poder contribuir com o prestigiado periódico da Corte, ainda que “o noticiador apenas balbucie a lingua brasileira” (1856, p. 3). Saliente-se ainda que o uso do termo “língua brasileira” em obras impressas já aparece no *Dicionário da língua brasileira* (1832), de Luís Maria da Silva Pinto (1775-1869)², um tipógrafo nascido em Goiás e falecido em Ouro Preto, onde terá construído sua carreira, inclusive no âmbito da administração pública. Este dicionário, que, segundo consta, foi o primeiro texto impresso em Minas Gerais, viria a ser objeto de longa polêmica, que chegou a alterar-lhe o “brasileira” por “brasílica”, já que o adjetivo *brasileiro*, conforme já observado, remetia genericamente ao conceito de língua falada no Brasil, com as características que lhe são próprias. Com

² Sobre o autor e sua obra, leia Moraes (1946), Lima (2006) e Botelho (2011).

efeito, a proposta de Silva Pinto, conforme se depreende da leitura do prólogo de seu dicionário, era de registrar amplamente o léxico do português, como base nos dicionários já publicados, para dar conta da “língua brasileira”, isto é, nele incluindo as palavras que se poderiam denominar “brasileirismos”. No entanto, conforme nos informa Lima (2006, p. 43), um confronto entre o texto de Silva Pinto e o *Dicionário da língua portuguesa* (1879) de Antônio de Morais Silva (1755-1824) revela que a contribuição do lexicógrafo de Ouro Preto limitou-se a acrescentar uns poucos itens lexicais específicos do português brasileiro ao léxico original do dicionário de Morais Silva.

Outro caso interessante em que se verifica hesitação entre a denominação “língua brasileira” e “língua brasílica” diz respeito ao trabalho de Ernesto Ferreira França (1804-1872) intitulado *Crestomatia da língua brasileira* (1859). Coube ao *Correio Mercantil*, em sua edição de 6 de dezembro de 1859, anunciar a publicação dessa obra, que já merecera uma edição prévia na Alemanha sob o título *Crestomatia da língua brasílica* (1859) e cujo escopo, na verdade, restringia-se a elencar palavras do tupi presentes no léxico do português, a par de alguma referência a advérbios e partículas verbais (cf. Ayrosa, p. 100). Bacharel em Coimbra, o baiano Ferreira França exerceu cargos de monta no Segundo Reinado, inclusive o de Ministro das Relações Exteriores no período 1844-45, havendo-se dedicado especialmente ao estudo das raízes étnicas na formação da sociedade brasileira, nomeadamente no campo linguístico. A alteração do título da *Crestomatia* de Ferreira França é exemplo cabal da imprecisão metalinguística caracterizadora dos termos “brasileira” e “brasílica” no tocante à designação da língua geral indígena ou ao português em sua vertente americana.

Não se duvide, entretanto, de que *lato sensu* o conceito de língua brasílica mais se ajustasse ao de língua dos indígenas ou de língua geral do que ao conceito de língua falada no Brasil, isto é, o português em sua modalidade brasileira. Os *Anais do Parlamento Brasileiro*, por exemplo, dão conta de que, na sessão de 17 de julho de 1829, foi arquivada uma proposta do Conselho Presidencial de São Paulo com vistas à criação da cadeira de Língua Brasílica (Anaes, 1878, p. 135). No ano seguinte, a matéria foi novamente trazida a debate, momento em que, como exemplo cabal da confusão terminológica então vigente, José Lino Coutinho (1784-1836)

abandona a expressão língua brasílica para asseverar: “A lingua que se chama *brasileira* [destacamos], creio que é tupim” (1878, p. 566).

Os registros desse fato são numerosos e, decerto, venceriam várias páginas se transcritos em sua integralidade. Leia-se, em última instância, uma nota no *Diário de Pernambuco*, em de 31 de janeiro de 1846, em que se faz referência a um artigo do Decreto n.º 9 de 12 de abril de 1839, com a seguinte determinação: “Constando ao intendente geral da policia ou a qualquer juiz criminal que alguém comprou ou vendeu preto boçal, o mandará vir a sua presença e, examinará se entende a lingua brasileira” (1846, p. 2). Saliente-se, por necessário, que no plano dessas referências laicas à língua falada no país, a expressão “língua brasileira” poderá ter um sentido mais genérico, atinente à faculdade da linguagem, sem necessariamente referir-se à modalidade brasileira do português, como se observa na seguinte nota do *Diário do Rio de Janeiro* (1844, p. 4): “Um francês formado em leis, recém-chegado a esta côrte, e ainda não sabendo a lingua brasileira, deseja achar alguns discipulos a quem ensinará a pronunciar a sua lingua com pureza e graça”. O mesmo se percebe em certa edição de *O Povo Soberano* em que um articulista sob pseudônimo Echo do Brasil investe contra a exigência de proficiência em francês e latim imposta pelo Ministro da Guerra aos jovens que pretendessem ingressar nas Forças Armadas. Na esteira de seus argumentos, Echo do Brasil arremata: “Perguntaremos a S. Ex. se os Francezes ou os Romanos algum dia exigiram para a admissão em suas academias os jovens que as querem cursar para se versarem na theoria das armas a que pertencem, que elles saibam e traduzam a lingua Brasileira” (1858, p. 4).

2 A questão do dialeto brasileiro

Até aqui vimos traçando referência a textos em que emerge a denominação da língua falada no Brasil segundo a concepção do falante leigo, de que resulta tratar-se de fontes documentais que devem necessariamente inscrever-se em plano epilinguístico. Nessa órbita, como se observou, as expressões “língua brasílica”, “língua nacional” e “língua brasileira” gozam da preferência popular, a despeito de poderem referir-se não apenas ao português em sua modalidade brasileira, mas também à língua geral indígena que durante alguns séculos predominou como

língua veicular na sociedade brasileira. Por outro lado, no plano dos textos linguísticos avulsos, produzidos por especialistas em questões filológicas, antropológicas, folclóricas, literárias ou mesmo etnolinguísticas, parece predominar o emprego da expressão “dialetto brasileiro” para denominação da variante diatópica do português falado em solo americano, não obstante, no conjunto desses trabalhos, se abra uma discussão interna acerca da propriedade científica do termo “dialetto”, considerando-se as implicações semânticas decorrentes de sua imprecisa presença na literatura linguística dos Oitocentos.

Tais textos decerto figuram como fontes historiográficas e, segundo a proposta classificatória de Swiggers (2014, p. 41), podem denominar-se “textos de reação”, já que produzidos na forma de ensaios ou divagações a partir de um estímulo específico³, qual seja a especulação sobre a natureza e características da língua falada no Brasil. São trabalhos de pequena extensão que vêm a lume predominantemente nas páginas das revistas que buscavam instruir o leitor mediante projetos de popularização ou vulgarização da ciência, entre elas a relevantíssima *Revista Brasileira*. Periódico de grande sucesso na segunda metade do século, a *Revista Brasileira: jornal de ciências letras e artes* foi publicada entre 1857 e 1899, sob direção inicial de Cândido Batista de Oliveira (1801-1865)⁴, com o objetivo maior de dar voz aos representantes da intelectualidade brasileira, cujos textos não raro se deixavam contaminar pelo espírito ufanista que impregnava as mentes ilustradas do Segundo Império. As questões linguísticas e literárias, decerto, capitaneavam o rol de temas mais relevantes nos artigos e ensaios que figuram nas páginas desse precioso periódico de nossa história jornalística, não sendo poucos os especialistas de escol, tais como Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899), Batista Caetano de Almeida Nogueira (1826-1882) e Silvio Romero (1851-1914), que se inscrevem entre seus principais colaboradores.

Conforme se asseverou, a referência autorizada à modalidade do português falado no Brasil caracteriza-o predominantemente como um dialetto. O espírito

³ Em certa medida, são texto “de diluição” que, conforme Swiggers (2014, p. 41), oferecem versões diluídas – *variations upon a theme* – sobre um determinado conceito.

⁴ Sobre a Revista Brasileira e órgãos editoriais congêneres do século XIX, leia necessariamente Pereira e Franco Neto (2012) Costa (2012) e Hallewell (2012).

antilusitano que reinava em certa vertente da *intelligentsia* brasileira oitocentista, e que tão eloquentemente se ouve nas palavras de um Silvio Romero (1851-1914), não só buscava dignificar a vertente brasileira do português, como também não hesitava em acusar a má conduta do colonizador português, que não soube conferir relevo e valor aos recursos das colônias. A elevação do português falado no Brasil ao *status* de “língua”, entretanto, tem conveniente presença em historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), cujo estudo sobre a poesia antiga brasileira, em tom ufanista, não hesita em situar o português da América no mesmo patamar do português europeu, afastando peremptoriamente a hipótese de que o uso que se faz da língua em terras brasileiras seja considerado um dialeto (1850, p. IX):

Com efeito o castelhano e o portuguez, que tiveram a sorte de passar primeiro que outras linguas do velho ao novo continente, subiam então pelas suas litteraturas á categoria de linguas, graças ao impulso que lhes davam os respectivos centros governativos.

Trinta anos depois, o tom ufanista ainda ecoa firmemente, agora na letra de Sílvio Romero, embora suas palavras, em princípio pudessem denotar uma posição conciliatória entre as vozes que dignificavam e aviltavam a vertente de uso do português no Brasil. Reprova, por exemplo, a postura radicalizada de José de Alencar (1829-1877) em sua afirmação de que o “português genuíno” é o do Brasil, mas também destoa da opinião dos literatos portugueses que consideram ser a língua do Brasil um verdadeiro atentado contra a gramática, para concluir que a questão deve ser avaliada pelo prisma da objetividade científica, pois “não procuramos a pedra philosophal nem discutimos sobre a quadratura do círculo!” (1880, p. 210). A perspectiva de Romero, cuja formação intelectual lhe conferia especial sensibilidade para perceber as forças culturais que atuavam na formação identitária do Brasil, era a de incluir o fator linguístico numa nova ordem que se ia erigindo em face da intensa interação étnica que o país testemunhou desde do Descobrimento. Portanto, o que se lê em Romero acerca do português do Brasil, ou melhor dizendo, sobre a língua do Brasil, alinha-se com perfeição à tarefa que nosso grande folclorista se impôs para traçar o perfil da própria da sociedade brasileira (1880, p. 211):

O vocabulo *dialecto* é tomado em trez accepções bem distinctas: como *synonymo* improprio de *lingua* e *idioma* em geral; como *forma inferior* de uma lingua e como uma *subdivisão* de um idioma, correspondendo a uma subdivisão de um povo.

No primeiro caso, é evidente que se não póde dizer que possuímos um *dialecto brasileiro* distincto do *dialecto portuguez*; porquanto a lingua é uma só no Brazil e em Portugal; temos um *dialecto comum*. No segundo caso, o termo é tomado em sentido improprio, que não está na mente de todos, quando falam num dialecto brasileiro, e não devemos aceitar semelhante interpretação, que não assenta ao nosso falar, que não é uma deturpação.

Na ultima hypothese, que é a verdadeira, si não temos já um dialecto completamente acentuado, marchamos para tel-o. Os brasileiros constituem uma subdivisão, bem distincta, na *família lusitana*; são uma nacionalidade nova, a que juntaram-se outros elementos que não existiam na velha metrópole, e vão formando um povo que se não póde mais confundir com o povo portuguez.

Na esteira das opiniões majoritárias quanto a um progressivo distanciamento do português brasileiro em face do português europeu, Romero atribui à miscigenação étnica o surgimento de tantos “brasileirismos” – termo pouco presente na literatura linguística dos Oitocentos –, fato que inevitavelmente, a seu juízo, provocaria um afastamento entre as duas vertentes de uso do idioma no futuro. Romero era ledor da obra de Émile Egger (1813-1885), de quem absorvera as teses sobre as leis que regem a mudança linguística, sobretudo quando em situação de contato plurilinguístico⁵. Na esteira dessas teses, chegou a Romero um conceito de investigação linguística necessariamente atrelada ao método comparativo, razão por que o intelectual sergipano naturalmente impunha, na avaliação do português do Brasil, uma imperativa análise contrastiva com o português europeu. Será, portanto, na esteira dessas noções e pautado na ideia de dialeto como subdivisão de uma língua que Romero vaticina o futuro do português do Brasil como língua distinta do português europeu.

Entretanto, as evidências de que se serve nosso folclorista praticamente restringem-se ao campo lexical. Romero faz menção aos inúmeros termos vindos de línguas indígenas para designar madeiras, pedras, animais, acidentes geográficos

⁵ Decerto, ideias absorvidas da leitura de Egger (1854).

e mesmo formas vernáculas que se assentam em radicais do tupi, além de tantos outros vindos de línguas africanas, muitos deles hoje incorporados no uso geral nas regiões linguísticas brasileiras – *batuque, cafuné, cachimbo, maracatu, vatapá, quiabo, cambada, caçula* etc. – ao lado de outros restritos a áreas linguísticas interioranas – *manzanza, muchiba, piquira, sulamba* etc. –, mas certamente ainda em uso.

Percebe-se, assim, um cenário de instabilidade metalinguística quanto ao conceito de língua e dialeto, pois, a rigor, a própria teoria geolinguística dos Oitocentos não se definia quanto a essa distinção, por sinal uma questão que persiste até os dias atuais quando buscamos distinguir *língua, dialeto, falar, variedade diatópica* etc. No tocante ao final do século XIX, naturalmente se agravava essa hesitação em face da avalanche de novos conceitos que eram produzidos pela Geografia Linguística em sua teorização das variantes de uso linguístico. O Brasil, já à época um centro que praticava linguística de recepção, não poderia escudar-se dessa influência metalinguística hesitante, de que decorria a natural proliferação de denominações para a língua falada deste lado do Atlântico, conforme lemos em um estudo de Coelho (2008, p. 151) que arrola várias denominações do português do Brasil nos *Estudos lexicográficos* de Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905):

Os nomes do português do Brasil nos Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro são: “dialeto brasileiro”, “português do Brasil”, “linguagem nacional”, “língua brasileira”, “português falado no Brasil”, “português que se fala hoje no Brasil”, “lusó-brasileiro”, “nosso dialeto”, “língua pátria”, “dialeto lusó-brasileiro”, “português da América”, “nossa atual linguagem”, “brasileiro”, “língua portuguesa que se fala no Brasil”, “linguagem cá da terra”, “nossa língua”, “dialeto nacional”, “língua de cá”, “língua do Brasil”, “língua portuguesa falada no Brasil”. Nessa listagem, como facilmente notamos, há alguns rótulos mais conciliatórios, como a língua portuguesa falada no Brasil (e suas paráfrases), o português da América, ou o português do Brasil. E há outros mais separatistas, como a língua brasileira, o brasileiro, a língua do Brasil, a nossa língua, a língua de cá, a língua pátria, o dialeto nacional e o dialeto brasileiro.

A questão dialetal percorria páginas inteiras de interesse sobre fatos pontuais do português do Brasil, muitas delas publicadas na já aqui referida *Revista Brasileira*, que se tornou, por assim dizer, um marco da difusão cultural, sobretudo

literária, na segunda metade do século. Entre os estudos menores, do ponto de vista temático, embora relevantes em perspectiva historiográfica, cite-se um texto sobre a etimologia da palavra *boava* ou *emboaba* (Soares, 1879), que nos oferece uma interessante análise da corrupção prosódica de palavras portuguesas na boca de falantes de língua geral, bem como uma avaliação reta da adaptação prosódica no português de termos africanos iniciados com o grupo consonântico *mb* e *ng*. Por sinal, devemos a Macedo Soares uma extensa e primorosa contribuição para o estudo do léxico do português brasileiro, que se estende em seus já aqui referidos *Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro* (1942 [1874/1891]).

O clima intelectual pela penúltima década do século impregnava-se de um ufanismo nacionalista que não poderia deixar de tocar as discussões linguísticas. Na esteira dessa onda de “brasilidade”, voltam-se os interesses para as raízes mais fidedignas do português brasileiro, nomeadamente as fontes lexicais das línguas indígenas e africanas. Algumas manifestações desse ufanismo entusiasta chegam a produzir afirmações de extremado radicalismo acerca do futuro do português no Brasil, tais como neste passo de Macedo Soares: “Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o lexikon brasileiro não ha de ser mais o lexikon portuguez” (Soares, 1880¹, p. 224). No referido estudo da *Revista Brasileira*, Macedo Soares opta pela denominação *dialeto brasileiro* para referir-se à vertente de uso deste lado do Atlântico. Não se cuide, entretanto, que tal emprego passasse à ilharga de suas preocupações terminológicas, já que, em mais de uma oportunidade, Macedo Soares propõe ao leitor uma discussão metalinguística acerca da conveniência de uso desse termo. Em certa altura, afirma que tem recorrentemente empregado a expressão “dialeto brasileiro” sem se haver ocupado de verificar a exação científica desse uso. Citando Max Müller (1823-1900), chega mesmo a concluir que, se por dialeto se entende a linguagem derivada da língua geral de uma nação e particular a uma província, então “o brasileiro não é dialecto do portuguez” (Soares, 1880², p. 270). Por outro lado, Macedo Soares revela não se sentir à vontade para usar a expressão “língua brasileira” como designativa do português falado no Brasil por ser “demasiadamente pretenciosa” (Soares, 1880², p. 270).

A obsessão linguística de Macedo Soares estava no léxico importado às línguas indígenas. Seus conhecidos estudos lexicográficos buscavam dar conta da origem

obscura de termos frequentes no cotidiano da fala, tais como *capão*, *capoeira*, *restinga*, entre outros tantos. As fontes de Macedo Soares são as mesmas de que se serviam os estudos lexicológicos em geral, tais como o conhecido *Dicionário* (1854) de Gonçalves Dias (1823-1864), publicado inicialmente nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, mais tarde em volume único (1858), e a já aqui referida *Crestomatia* (1859), de Ernesto Ferreira França (1804-1872), além do *Vocabulário dos índios Caiuás* (1856), texto de João da Silva Machado, o Barão de Antonina (1782-1875), igualmente publicado nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Esse trabalho, por sinal, foi objeto de duríssima crítica objetada por Macedo Soares em face de sua inidoneidade científica. Saliente-se que, sem poupar palavras, Macedo Soares também tece duras críticas a José de Alencar por haver-se servido de orientações frágeis nas considerações feitas sobre o tupi e sua contribuição para o léxico do português (1880¹, p. 228):

José de Alencar, no *Gaúcho*, I, not. VII, anunciando as suas inovações philológicas, sempre infelizes, opina que se deve escrever *capoão*, e não *capão*, e assim faz. Pois dizemos e escrevemos *capoeira*, observa o ilustre romancista, porque haver-mos de ser incorrectos deixando de pronunciar e escrever *capoão*? *Capoeira*, diz ele, vem de *caá*, *apuam*, *era*, mato raso, por já ter sido cortado. A consequencia era lógica, si não fora falso o principio. O eximio romancista sabia muito do idioma portuguez, pouco do dialecto brasileiro e menos ainda da lingua dos brazis.

Neste cotidiano de discordâncias entre os que se aventuravam pelas sendas inóspitas da etimologia, não raro estimulados pela criatividade infrene, até as obviedades por vezes são postas à prova. É o que acontece com a discussão sobre a origem de *samba*, palavra que pelos idos dos anos 1800 já habitava ordinariamente a boca dos falantes brasileiros do português. O termo chega a ser atribuído por um Batista Caetano a étimo indígena (“dança”) levado para a África pelos portugueses no fluxo do tráfico de escravos para o Brasil. Semelhante hipótese não poderia prosperar, decerto, conforme se lê neste comentário crítico de Macedo Soares (1880², p. 244):

Parece que [Batista Caetano] não tem inteira razão.

Samba é um verbo conguguês da segunda conjugação, que significa “adorar, invocar, implorar, queixar-se, rezar”. Quem reza queixa-se de seus males, invoca a divindade a quem adora, e pede remedio e consolação. *Samba* é, pois, rezar. No angolense ou bundo, igualmente, rezar é *cusamba*: na conjugação o verbo perde a syllaba inicial do presente do infinito (...) Como, pois, *samba* é dança? É, sem duvida, mas uma dança religiosa, como é, o *candombe*, uma cerimonia do culto, dança em honra e louvor da divindade (...)

As opiniões linguísticas, saídas da boca de interessados não especialistas, não raro se deixavam contaminar por uma inadequada visão sociocultural, em que as forças de transferência lexical de uma língua para outra eram entendidas como um natural resultado da estratificação social e da condição socioeconômica dos falantes das línguas em contato. Uma visão que desconsidera o fator mais decisivo, que é o grau desse contato linguístico no corpo da sociedade e as condições que tal contato propicia para que itens lexicais sejam transferidos de um léxico para outro. Macedo Soares, cuja afeição às origens indígenas de parte do léxico do português brasileiro se evidencia a cada parágrafo escrito, parece atribuir menor relevância à contribuição lexical africana, valendo-se, para tanto, não dos fatores de interação linguística cabíveis – o que, por sinal, decerto comprovaria o oposto, já que o contato entre descendentes de africanos e falantes do português tornou-se muito mais intenso do que o contato com índios no século XIX –, mas de premissas que aos olhos desavisados de um leitor hodierno poderiam confundir-se com expressão de preconceito social. É o que se percebe no seguinte passo (1880², p. 259):

Além das palavras africanas que acabamos de estudar, ha um sem numero doutras, populares no Brazil, demonstrando que o elemento negro não deixou de contribuir, posto que mais parcamente ainda que o índio, para a formação do dialecto brasileiro. E que mais podia fazer, atenta a inferioridade da raça, e sobretudo, já não a inferioridade, mas a profunda baixeja de sua miserrima condição social?

3 A opinião dos filólogos

As intervenções linguísticas nas páginas da *Revista Brasileira*, assim, sucediam-se frequentemente, muitas da lavra de filólogos de ocasião, tais como – além dos já

aqui reiteradamente citados Macedo Soares e Sílvio Romero – Batista Caetano de Almeida Nogueira (1826-1882), José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), Henrique Pedro Carlos de Beaupaire-Rohan (1812-1894), João Barbosa Rodrigues (1842-1909). O tema, entretanto, também cativava a atenção de nomes com inegável talento filológico, entre eles o já aqui citado Manuel Pacheco da Silva Júnior, que, ainda em seus 37 anos de idade, não hesitava em contestar algumas teses de Teófilo Braga (1843-1924), igualmente jovem, na seara da fonologia diacrônica portuguesa. Essa é, por exemplo, sua conduta ao discordar da hipótese agasalhada pelo linguista português acerca da origem da palatal /ɣ/ na vertente literária do provençal e da origem celta das palatais laterais /λ/ e / / (1879, p. 119). Argumenta Pacheco Júnior que o fonema /ɣ/ decorre de encontros consonânticos latinos, tais como *ss* (*passionem*>*paixão*), *sc* (*piscis*>*peixe*) etc., e as molhadas /λ/ e / / são claramente decorrentes da mudança fonológica operada nos grupos [li] e [ni]. A rigor, as afirmações de Braga só se podiam efetivamente acolher no tocante à origem ortográfica dos dígrafos *lh* e *nh*, não propriamente ao surgimento das consoantes palatais no sistema fonológico do português.

Verdade é que a inconsistência terminológica de *dialeto* causava destempero nos gramáticos mais afeitos à causa nacionalista em matéria de língua vernácula, razão por que muita tinta se gastou para desmitificar a vertente brasileira do português como um subproduto da língua de Camões. Pacheco Júnior, por exemplo, aproveita o ambiente de discussão sobre o sentido adequado do metatermo para afirmar a legitimidade da vertente brasileira do português em patamar igual ao de Portugal: “E será o portuguez fallado no Brazil fórma inferior ao falado em Portugal? Certo que não” (Silva Jr., 1880, p. 487). Na esteira de seus argumentos, Pacheco Jr. assevera que as divergências d’aquém e d’além mar situam-se predominantemente na pronúncia – “modificações fonicas” –, fato que igualmente se percebe entre as regiões linguísticas lusitanas. Se se aceitar a definição de dialeto como uma língua peculiar a uma província ou cidade, então, argumenta Pacheco Jr., o português do Minho, de Trás-os-Montes, do Algarve etc. são dialetos, não uma língua.

O repertório de argumentos oferecido por Pacheco da Silva Jr. é vasto. Adiciona o gramático brasileiro que o inglês norte-americano também se distingue do inglês britânico e ninguém à época cogitava de atribuir ao primeiro o rótulo de dialeto.

Fiel aos princípios mesológicos que a emergente Linguística naturalista atribuía à mudança das línguas, Silva Jr. ressalta a diferença de climas na América e na Europa como fator determinante para as diferenças de pronúncia, a que faz aliar a questão da acentuada estratificação social no Brasil, um fator que propicia a variação dos usos linguísticos, visto que “as discordâncias da linguagem geral (...) tornam-se tanto mais acentuadas quanto mais distintas e estremadas estiverem as classes sociaes” (1880, p. 488). Em aditamento, Pacheco arrola fatos da pronúncia “do nosso povo inculto” que, em análise cuidadosa, se podem encontrar em épocas passadas da língua, tais como o /a/ prostético, a metátese da consoante /R/ e o rotacismo, a par da apócope do /l/ e a troca de /a/ por /e/ em formas verbais pretéritas, como “cheguemo” por “chegamos”. Em sua visão, o que se manifesta nas classes iletradas brasileiras está vinculado ao processo de mudança linguística desacelerado neste lado do Atlântico, a que se aliam fatores mesológicos como o clima.

Mas, entre os filólogos, a opinião mais extravagante acerca da natureza linguística do português falado no Brasil está no estudo *O idioma do hodierno Portugal comparado com o Brasil* (1879)⁶, da lavra de José Jorge Paranhos da Silva (1839-?). Cuida-se, até onde chega a pesquisa histórica, do primeiro texto que trata sistemicamente do português falado no Brasil, desconsiderando-se, assim o célebre texto *Les différences que le dialecte brésilien pourrait présenter, comparé à la langue du Portugal*, de Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca (1779-1855), inserto na *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe* (Balbi, 1826), que não passa de uma lista de oito substantivos que sofreram alteração semântica no Brasil e outra lista em que se arrolam 50 substantivos desconhecidos em Portugal, seja oriundos da língua geral, seja porque pertenciam ao léxico do português quinhentista e se tornaram arcaísmos em Portugal. Embora ainda não tenha sido estudado com a minudência desejável, o texto de Paranhos da Silva já foi objeto de referências pontuais em estudos de vários temas⁷. Suas páginas seguem, por assim dizer, três searas dos estudos linguísticos: a fonética, em que os temas ortográficos

⁶ Na proposta classificatória de Swiggers (2014, p. 41), um texto polêmico ou dubitativo, dadas suas teses sobre a origem do português brasileiro.

⁷ Por exemplo, Castilho (1962), Gonçalves (1999), Coelho (2003), Noll (2009) e Brito e Vasconcelos (2015). O estudo de Gonçalves aprofunda-se bastante na descrição das ideias ortográficas de Paranhos da Silva.

se incluem, o léxico e o estilo, termo pouco preciso que engloba fatos de natureza vária, inclusive sintáticos. A metodologia proposta é sempre da descrição contrastiva entre o que (e como) se diz em Portugal e o que (e como) se diz no Brasil.

Um fato flagrante em Paranhos da Silva é a obsessão pela simplificação ortográfica, de que resultou uma proposta de sistematização da ortografia pautada em critério exclusivamente fonético (1880). Propunha, assim, que se abandonasse o sistema usual, conforme era denominado o modelo ortográfico que congregava representação fonética e etimologia, a par das idiossincrasias de cada filólogo dotado ou não de autoridade acadêmica. Não se sabe da biografia de José Jorge Paranhos da Silva além do que nos informa Sacramento Blake (1898, p. 504): nasceu na fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, em 1839 e faleceu na capital federal, portanto após 1889. Foi bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de São Paulo, atuou como promotor público na cidade de Valença e foi juiz municipal em Niterói, vindo, posteriormente, a dedicar-se à advocacia. Seus textos publicados na *Revista Brasileira* expressam necessariamente uma espécie de ufanismo pungente, em que o amor à pátria se deixa contaminar pela dor decorrente da má reputação que o Brasil sofria no estrangeiro nos idos do Segundo Império. Esse indisfarçável e angustiante sofrimento não lhe dava alternativas temáticas além da defesa da brasilidade em tom amargo e acusador, possivelmente xenófobo. Um de seus textos publicados na *Revista Brasileira* (1881, p. 404) inicia-se com o seguinte parágrafo:

É natural que europeus escrevam desfazendo em nosso clima, na constituição physica de nossa população, em nossas faculdades intellectuaes; porque todas essas accusações parecem provar indirectamente a excellencia dos climas da Europa, o grande vigor physico de seus habitantes, e, como «ninguém está contente com sua sorte, nem descontente com seu espirito,» a admirável elevação da intelligencia dos Srs. europeus.

O tom irônico busca redarguir as críticas que se faziam no estrangeiro sobre a indolência do brasileiro, que se atribuía ao clima excessivamente quente do Brasil – obviamente na sede da Corte. É o que se observa claramente no trecho seguinte (1881, p. 408):

Porém, admittida mesmo a influencia directa ou indirecta dos temperamentos sobre a intelligencia, cuido poder lançar mão do que affirmam os detractores dos povos dos paizes quentes, para provar que o temperamento predominante em taes paizes, o temperamento que vem quasi sempre a combinar-se com os outros, longe de ser contrario ao desenvolvimento intellectual, parece dever até promover a intelligencia. O Dr. Copeland, citado na Revista de 15 de julho, diz que nos paizes quentes «se manifestam como typo mais genérico os caracteres do predomínio bilioso, os signaes de uma verdadeira saturação de carbono, combinados com os do temperamento lymphatico e os do nervoso. » Pois bem. O phrenologista Castle, (1) que admitte a influencia indirecta dos temperamentos sobre as funcções do cérebro, diz: « A reunião dos temperamentos nervoso e bilioso produz o vigor e permite resistir às fadigas do corpo e do espirito.»

O fato mais notável dessas linhas, escritas no significativo ano de 1881, em que vem a lume a *Gramática portuguesa* (1910 [1881]), de Júlio Ribeiro (1845-1890), está na fundamentação dos argumentos. Toda a linha de raciocínio é pautada no saber científico, na palavra autorizada, na verdade irrefutável do saber escolástico. Tem-se, aqui, um exemplo expressivo do clima de cientificismo que já impregna os ares do final de século e viria a servir de amparo comportamental para que gramáticos e filólogos passassem a enxergar a língua como um objeto de pesquisa, abandonado de vez sua concepção metafísica. O jeito mais “dócil” ou cadenciado do brasileiro para posicionar os pronomes, por exemplo – tema que parece atrair a atenção dos linguistas até os dias atuais – foi objeto de comentário nas páginas de *O idioma...* e tema destacado em uma das edições da *Revista Brasileira* ainda em 1880, em que Paranhos da Silva atesta: “Estes pronomes são hoje no idioma falado em Portugal quase constantemente colocados depois dos verbos; enquanto que no Brazil, como acontecia no antigo Portugal, collocam-se ás vezes depois, mas quase sempre antes deles”. (1880, p. 496). E arremata (p. 497):

Entretanto, confessemos que alguns de nossos compatriotas já receiam pôr taes pronomes antes do verbo, e consideram como erro fazer o que ensinaram no Brazil os contemporâneos dos escriptores quinhentistas, únicos que podemos reconhecer por mestres de nosso idioma.

Em comprovação de sua tese, Paranhos da Silva cita alguns trechos de Camões, Bocage e Vieira, em que a próclise pronominal reina altiva como traço prosódico típico do português antigo. Indo além, chega a confrontar a norma gramatical vigente em defesa de um padrão prosódico pronominal que já se evidenciava como predominante na boca dos brasileiros mais instruídos, conforme se lê a seguir (1880, p. 498):

Escudado por estes exemplos [de Camões, Bocage e Vieira] julgo poder declarar que acho muito acertada a resolução de não se observar no Brazil a regra de José de Castilho – “Quando a *oração* começa pelo verbo ou seu *agente*, o verbo antepõe-se ao pronome” – nem esta outra regra – “Depois das partículas *e, a, mas*, escreve-se o pronome depois do verbo” – porquanto estas regras são do idioma actual portuguez, e não do brasileiro. Nós gostamos de que o nosso idioma *continue* a parecer neo-latino, como no tempo de João de Barros; pois não temos, para adoptar a fôrma inglesa, os mesmos motivos que têm os rivaes dos castelhanos (...)

Diante do exemplo – “Eu me arranco com inveja e dôr” – não compreendo como se possa condemnar que os brasileiros tenham, no decurso de dois séculos e meio, dado um pequeno passo, e, sem ofensa da *grammatica* geral, diga: “Me arranco com inveja e dôr”.

Não posso, portanto, deixar de fazer votos para que todos os deputados do Brazil imitem aquelle nortista censurado por ter dito – Me parece; e para que nunca digam – Parece-me *mesmo*. Também faço votos para que todos os nossos jornalistas digam – Nos informam – e não – Informam-nos.”

Afloram, na opinião de Paranhos, alguns sintomas de nacionalismo linguístico aliado ao sentimento antilusitano, conforme se abstrai da distinção entre “idioma português” e “idioma brasileiro”, a par de expressões como “nosso idioma” (em oposição ao “deles”). A referência ao uso pronominal enclítico como resultante da proximidade do português europeu com a língua inglesa, em detrimento do rival castelhano, resulta em clara legitimação da variante brasileira por sua fidelidade à tradição românica. Neste diapasão, o emprego de “dialeto” para caracterizar a modalidade de uso linguístico deste lado do Atlântico evidentemente lhe soava pejorativo, conforme se observa a neste passo: “O Sr. Theophilo Braga, comquanto classificasse o luso-brasileiro como um dialecto do portuguez, escreveo em

brazileiro” (1879, p. 61). Em aditamento, numa linha pontilhada de ironia, refere-se a uma “tradução” de poemas de Garrett para o “lusobrasileiro”: “(...) reconhecendo que as poesias de Garrett são *geralmente* entendidas no Brasil, também eu confesso que é superfluo traduzi-las no *dialecto brasileiro*, segundo o Sr. Theofilo Braga, ou, segundo os criticos imparciais, no idioma *lusobrasileiro*” (1879, p. 67).

Notável a hesitação metalinguística na pena de Paranhos da Silva, que, na busca de desautorizar o termo “dialeto”, trafega entre o “lusobrasileiro” e o “brasileiro”, de que resulta, afinal, concluir que sua exação terminológica sucumbia à mera intolerância com o tratamento, a seu juízo, depreciativo que Teófilo Braga atribuíra à língua falada no Brasil.

Palavras finais

Procuramos neste ensaio trazer à pauta de discussão a questão da denominação da língua no corpo da sociedade letrada brasileira oitocentista. Nesse intuito, traçamos referência a textos produzidos por mentes alheias ao estudo linguístico, ou mesmo dotadas de maior clarividência em questões linguísticas, tais como os artigos e notícias presentes em periódicos de natureza vária que expressam, por assim dizer, uma visão epilinguística do conceito de língua. Em aditamento, fluímos para a denominação da língua em textos produzidos por representantes da *intelligentsia* brasileira dos Oitocentos, não obstante afastados do estudo sobre a língua *stricto sensu*, para desaguar em textos da lavra de filólogos e especialistas, obviamente nas limitações impostas a um trabalho desta natureza, sobretudo em face de sua extensão. Ficaram de fora os textos efetivamente inscritos no processo de gramatização brasileira do português no século XIX, entre eles as gramáticas, as teses, os dicionários etc., que decerto projetariam novas luzes sobre o conceito de língua e sua denominação no clima intelectual da época. Na busca de informação nesta área específica, remetemos o leitor a estudos específicos, tais como o de Coelho, Danna e Polachini (2014).

A percepção que nos oferece a leitura desses textos é de que, no seio da sociedade laica, a língua veicular que já se estabilizara no decurso do Primeiro Reinado era objeto de denominação ao menos dual, seja como língua brasileira, ou menos

frequentemente, língua brasílica. Este último termo, a rigor, reservava-se para a referência à língua geral ou a aspectos lexicais de origem tupi no português falado no Brasil. Já no âmbito da sociedade letrada, ou de mais elevado nível de escolaridade, a referência à língua de que se serviam os brasileiros como “língua portuguesa” vinculava-se ordinariamente a uma referência institucional, como língua do Estado, ou mesmo como contraponto a línguas outras que não a vernácula. Por fim, no seio da comunidade linguística mais afeita às questões de linguagem, a vertente do português falado no Brasil não raro era denominada “dialeto brasileiro”, com todas as incertezas e hesitações que a linguística oitocentista atribuía ao conceito de dialeto. Semelhante denominação, ainda que agasalhada por intelectuais brasileiros, era objeto de repulsa por uma parcela dos estudiosos e intelectuais que lhe atribuíam valor pejorativo e, conseqüentemente, consideravam-na inadequada para referir-se a uma vertente idiomática do português que não se poderia qualificar como inferior à presente em solo europeu.

Referências

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da segunda legislatura. Sessão de 1830, coligidos por Antonio Pereira Pinto. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, tomo II, 1978. p^o AYROSA, Plínio. *Apontamentos para a bibliographia da língua tupi-guarani*. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1954.

BALBI, Adrien. *Introduction a l'atlas ethnographique du globe*; contenant un discours sur l'utilité et l'importance de l'étude des langues appliquée a plusieurs blanches des connaissances humaines; un aperçu sur les moyens graphiques employées par les differens peuples de la terre; des observations sur la classifications des idiomes decrits dans l'atlas um coup-d'oeil sur l'histoire de langue slave et sur la marche progressive de la civilisation et de la littérature em Russie. Paris: Chez Ray et Gravier. Librairies, 1826.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 4, 1898.

BOTELHO, Regina Celia E. S. Tormin. *A terminologia náutica no Dicionario da Lingua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto*. Belo Horizonte: Fac. de Letras da UFMG, dissertação de mestrado, 2011, 189p.

CAVALIERE, R. O nome da língua no Brasil Oitocentista

BRITO, Regina Pires de. VASCONCELOS, Maria Lúcia Marcondes Carvalho. Olhares sobre a língua nacional no Brasil independente. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 48, 2015, p. 153-165.

CASTILHO, Ataliba de. A língua portuguesa no Brasil. *Alfa*, Revista de Linguística. São Paulo: FFCL de Marília, 1962, p. 9-24.

COELHO, Olga. Léxico, Ideologia e a Historiografia Linguística do século das identidades. *Revista Letras*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 61, 2003, p. 153-166.

COELHO, Olga; Danna, Stella Maris D. G. e Polachini, Bruna Soares. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 46, 2014, p. 115-142.

CORREIO DA VICTORIA. Vitória: Typographia Capitaniense, 2 de fev. 1857.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, n. 332, 12 dez. 1848.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, n. 252, 13 set. 1856.

COSTA, Carlos. *A Revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2012.

DIÁRIO DA CAMARA dos Senadores do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1827.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Pernambuco: anno XXII, n. 25, 31 jan. 1846.

DIÁRIO DE RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 18 de jun. 1856.

DIÁRIO DE RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, n. 6765, 11 nov. 1844.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: n. 100, 10 abr. 1822².

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: n. 177, 26 jun. 1822³.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: n. 27, 30 jun. 1821.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: n. 99, 9 abr. 1822¹.

DIÁRIO MERCANTIL. Rio de Janeiro: v. 8., n. 104, 9 mai. 1827.

DIAS, Antonio Gonçalves. *Diccionario da lingua Tupy*, chamada Lingua Geral dos indigenas do Brazil. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858.

EGGER, Émile. *Notions élémentaires de grammaire comparée*. 4 ed. Paris: A. Durand, 1854.

FRANÇA, Ernesto Ferreira. *Chrestomatia da lingua brazilica*. Leipzig: 1859.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: n. 81, 21 jun. 1809.

GONÇALVES, Maria Filomena. Projectos oitocentistas de ortografia brasileira. *Actas do Sexto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Rio de Janeiro: Associação Internacional de Lusitanistas, 1999, p. 579-584.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil. Sua história. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourença de Oliveira e Geraldo Gerson de Sousa, 2012

LIMA, Ivana Stolze. Luís Maria da Silva Pinto e o Dicionário da Língua Brasileira (Ouro Preto, 1832). *Humanas*. Porto Alegre: v. 28, n. 1, 2006, p. 33-67.

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro. [Org. Julião Rangel de Macedo Soares]. Rio de Janeiro: Publicação da Revista do IHGB, 1942 [1874/1891].

MACHADO, João da Silva. Vocabulario dos indios Cayuás. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, t. 19, 1856, p. 448-476.

MARIANI, Bethania S. C. e Souza, Tânia C. C. 1822, pátria independente: outras palavras? *Organon*, Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Porto Alegre: v. 8, n. 21, 1994, p. 43-51.

MORAIS, Geraldo Dutra de. *Luís Maria da Silva Pinto*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: v. 190, jan./mar. 1946, p. 73-76.

CAVALIERE, R. O nome da língua no Brasil Oitocentista

NOLL, Volker. O mito da origem portuguesa do chimento carioca. In: Ribeiro, Silvana Soares Costa; Costa, Sônia Bastos Borba, Cardoso, Suzana Alice Marcelino (orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2009, p. 305-320.

O ESPELHO. Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, n. 30, 1 mar 1822.

O POVO SOBERANO; moralidade, justiça e progresso. Rio de Janeiro: Typ. de Peixoto, n. 9, anno I, 27 jun. 1858.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria e Franco Neto, Mauro. Revista Brasileira (1857-1861): apropriações do “outro” como termômetro da ilustração. *Anos 90*. Porto Alegre: v. 19, n. 36, dez. 2012, p. 251-280.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Outo Preto: Typographia de Silva, 1832.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. 10. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves & Cia, 1911 [1881].

ROMERO, Sylvio. A poesia popular no Brazil. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: n. 6, 1880, p. 208-218.

SILVA JR., Manuel Pacheco da. A proposito de algumas theses aventuradas pelo Sr. Th. Braga nas suas procções litterarias. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: n. 1, 1979, p. 116-124.

SILVA JR., Manuel Pacheco da. O dialecto brasileiro. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: N. Midosi editor, n. 5, 1880, p. 487-495

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* composto pelo padre D. Rafael Bluteau. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, José Jorge Paranhos da. A colocação dos pronomes. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: tomo 5, anno 2, jul-set. 1880, p. 496-501.

SILVA, José Jorge Paranhos da. A immigração perante a physiologia. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: tomo 9, anno 3, 1881, p. 404-414.

SILVA, José Jorge Paranhos da. *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brazil por um brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de L. Winter, 1879.

SILVA, José Jorge Paranhos da. *O idioma do hodierno Portugal comparado como o do Brazil por um brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de Lourenço Winter, 1879.

SILVA, José Jorge Paranhos da. *Systema de orthographya brasileira*, pelo auctor do Idioma de hodierno Portugal comparado e do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. de L. Winter, 1880.

SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. Estudos lexicographicos do dialecto brasileiro III. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: ano I, n. 3, 1880¹, p. 224-233.

SOARES. Antonio Joaquim de Macedo. *Estudos lexicographiicos*. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: ano I, n. 4, 1880², p. 243- 271.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilegio da poesia brasileira* ou colecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sobre as lettras no Brazil. Lisboa: Na Imprensa Nacional, t. 1, 1850

Recebido: 12/02/2019.

Aprovado: 05/04/2019.